

A REFORMA AGRÁRIA EM TEMPOS DE DEMOCRACIA E GLOBALIZAÇÃO¹

Bernardo Sorj

RESUMO

O artigo discute a atualidade da reforma agrária em face do novo contexto político e econômico da agricultura e da sociedade brasileiras. Enfatizando a importância dos novos movimentos sociais no campo, em particular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a União Democrática Ruralista, na redefinição da percepção e dos parâmetros acerca da luta pela terra no Brasil atual, o autor analisa a forma como o tema da reforma agrária é apropriado pelo governo, partidos políticos e diversos atores sociais. Ressalta a necessidade de recolocar as questões levantadas pelo MST e as lutas sociais no campo sob um ponto de vista mais amplo de disciplinamento do meio rural pelo Estado democrático e de um projeto societário com alternativas diversas para os setores sem perspectiva de empregabilidade. *Palavras-chave: reforma agrária; Movimento dos Sem-Terra; empregabilidade no campo.*

SUMMARY

This article discusses the current relevance of agrarian reform within the political and economic contexts of Brazilian agriculture and society. While emphasizing the important role of new rural social movements, especially the Landless Workers' Movement and the land owners' Rural Democratic Union, in redefining perceptions of and parameters for the struggle for land in Brazil today, the author analyzes the ways in which the agrarian reform ideal has been appropriated by the government, by political parties, and by different social actors. The article underscores the need to redimension the issues brought forth by the Landless Movement and by rural social struggles within a broader perspective, where the democratic State must discipline the rural sector and society as a whole must provide different alternatives for population segments without the prospect of employment.

Keywords: agrarian reform; Landless Workers' Movement; rural employment.

Um dos aparentes paradoxos de nosso tempo, assinalado por Anthony Giddens (1995), é que a esquerda está cada vez mais associada com a defesa do *status quo*, numa posição que a aproxima da tradição conservadora, enquanto a direita passou a ser identificada com a mudança e uma visão otimista do futuro. O projeto socialista era o de um mundo em que a humanidade dominava seu futuro e controlava a natureza; hoje, porém, o futuro, da mesma forma que na tradição conservadora, é visto com desconfiança, prenhe de perigos, incertezas e descontrole. Assim, segundo Giddens, o "conservadorismo tornado radical enfrenta o socialismo que se tornou conservador" (p. 10). Tal situação volta a se reproduzir

(1) Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada na conferência "Power structure, interest intermediation and policy making: Prospects for reforming the State in Brazil", realizada no Instituto of Latin American Studies, em Londres. Agradeço os comentários, críticas e incentivos de Eric Hobsbawm, Ronaldo Munck, Joe Foweraker e John Wilkinson, sendo tão-somente minha a responsabilidade pelos erros e omissões.

em um dos principais movimentos sociais da atualidade, o ecológico, em que diversas correntes questionam os fundamentos da própria modernidade, sobre cujo potencial a esquerda construiu seus sonhos de um mundo melhor.

Para Giddens, a esquerda deve se socorrer do conservadorismo filosófico, entendido como "uma reação racional ao caráter destrutivo da modernidade" (p. 182), que hoje comporta um ritmo de mudança disruptivo, de descontrole irresponsável e desorganização dos laços de solidariedade e das relações com a natureza. Este conservadorismo filosófico não sustentaria a defesa de valores em nome da tradição como no conservadorismo clássico, mas utilizaria a tradição como base de um diálogo construtivo com o passado, entre pessoas autônomas e racionais.

Se o ponto de vista de Giddens implica uma série de dificuldades que fogem ao objeto deste trabalho, é particularmente relevante para entender os paradoxos que caracterizam as análises sobre o meio rural brasileiro de boa parte dos partidos políticos e dos cientistas sociais engajados na defesa, ou crítica, da reforma agrária. A esquerda brasileira, como suas congêneres no mundo todo, se posicionou sempre a favor da mudança social, da industrialização e da modernidade, que deveriam trazer tempos melhores para as classes populares. No Brasil, o conservadorismo ideológico não foi assumido nem mesmo pela direita, que compartilha da ideologia nacional pela qual o Brasil ideal se encontra no futuro e não no passado.

Enquanto orientada pelo marxismo, o qual supunha que o futuro convergiria com os interesses do povo, a esquerda esteve à vontade numa posição que lhe permitia pensar-se ao mesmo tempo como a representante do progresso econômico e tecnológico, por um lado, e dos "*pobres de la tierra*", por outro. Hoje, a dificuldade de reconhecer que em certas circunstâncias deve colocar-se ao lado do *status quo* ou de valores associados ao "passado" — dificultando o processo de acumulação e o progresso tecnológico, porque estes podem implicar custos sociais inaceitáveis — obriga-a a malabarismos conceituais teoricamente frágeis e politicamente pouco convincentes. Ao não explicitar os parâmetros que justifiquem a necessidade ou conveniência de manter instituições sociais ou políticas públicas que não necessariamente representam o futuro tecnológico ou econômico, passa a ser incapaz de autocompreensão e de elaborar, de forma racional e convincente, propostas que explicitem os critérios sobre os quais certos projetos sociais merecem ser assumidos pela sociedade².

Este artigo pretende entender a luta pela terra no Brasil no momento atual. Enquanto o pensamento tecnocrático, enfatizando unilateralmente a questão econômico-tecnológica, prefere desconhecer as várias dimensões que a luta pela terra sinaliza, como a da existência de populações marginalizadas pelo novo ciclo de expansão capitalista em curso, um pensamento de esquerda saudosista se aferra acriticamente ao discurso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para acreditar que ainda são atuais as velhas bandeiras da luta de classes e da transformação do conjunto da sociedade por meio dos mais pobres. No atual quadro

(2) Na prática contemporânea da esquerda brasileira, o impulso conservador é orientado pelos interesses corporativistas dos funcionários públicos e paraestatais.

político, nenhum partido tem mostrado capacidade ou disposição de desenvolver um projeto societário atual e democrático, capaz de elaborar criticamente os desafios colocados pelo MST, que na dinâmica político-partidária tomou-se um espaço de manipulação simbólica e política.

A vida política no Brasil, transformada numa sociedade de espetáculo organizada por especialistas em *marketing* político, integrou os sem-terra na medida justa para projetá-los como oposição, já que sem perspectiva nenhuma de poder, e como expressão de sensibilidade frente à pobreza num país socialmente insensível (afinal de contas, que setores urbanos não desejam que todos os pobres, marginalizados, ignorantes e famintos das cidades voltem para o campo?). A identificação com os sem-terra ocupa nos anos 90 o espaço da consciência ética e procura de valores solidários que a sociedade brasileira colocou na luta pelas eleições diretas, nos anos 80, ou na oposição contra a ditadura, nos anos 70.

Reforma agrária e contextos políticos e ideológicos

A luta pela terra e pela desapropriação e distribuição da grande propriedade fundiária percorre a história, embora em cada contexto social tenha assumido conteúdos diferentes. Nos tempos modernos, está presente na Revolução Francesa, com os levantamentos camponeses. Napoleão procurou utilizá-la para mobilizar apoio nas regiões conquistadas, enquanto na Prússia e na Rússia czarista foram tentadas reformas agrárias como "contra-revolução preventiva". Neste século, a Revolução Mexicana e a Revolução Russa constituem os paradigmas de distribuição de terra apoiada e/ou legitimada por elites políticas que cooptam os levantamentos camponeses para consolidar seu próprio poder.

Tais "reformas agrárias" serviram como inspiração para outro tipo de reforma agrária — prevacente nesta segunda metade de século, particularmente nas décadas de 50 e 60 — que fez parte de ideologias de reforma ou revolução sociais implementadas pelo Estado ou poder paralelo (guerrilhas em zonas liberadas). Mobilizando interesses locais, essas reformas agrárias são parte de um projeto político de geração de apoio social e destruição das bases de poder de setores latifundiários dominantes. Igualmente, mobilizam ideologias de progresso social em que a reforma agrária é considerada precondição para o avanço do capitalismo ou socialismo. Moralmente, sustentam-se na idéia de que a terra é um bem social e a grande propriedade, injusta.

As reformas agrárias realizadas neste século, promovidas pelo Estado ou guerrilhas, foram basicamente produto de contextos ideológicos cujos pressupostos foram socialmente aceitos por boa parcela da população como parte de ideologias políticas dentro das quais adquiriam um sentido específico³. Nessas ideologias a reforma agrária não se reduz, explica ou justifica fundamentalmente em nome dos interesses reivindicativos de um

(3) Reformas agrárias também foram realizadas em outros contextos, como no Japão sob ocupação norte-americana, para quebrar a base de poder de antigos grupos dominantes.

grupo particular, e sim em função de um projeto de transformação e racionalidade societárias (desenvolvimentismo ou revolução social).

As reformas agrárias estão associadas a sociedades com populações majoritariamente agrícolas, baixo nível de capitalização e agroindustrialização e sistemas políticos autoritários ou em contextos de alta intensidade e/ou radicalização do processo político. O Brasil que emergiu após a ditadura militar é uma sociedade urbanizada e industrializada, com um sistema político caracterizado por partidos fracos e baixa mobilização social e cujo projeto societário é expandir o lugar do mercado na determinação e organização das prioridades sociais e políticas. Assim, num Brasil onde é hegemônica a ideologia de globalização, de diminuição do poder de intervenção econômica do Estado, de abandono do projeto desenvolvimentista ou revolucionário, que sentido cabe — ou cabe algum sentido — em continuar falando de reforma agrária?

Ainda assim, o Brasil é um país com um ministério dedicado exclusivamente à reforma agrária, que praticamente todos os partidos políticos concordam em apoiar, e onde a maioria dos cientistas sociais dedicados aos estudos rurais está engajada em explicar a sua "necessidade". Curiosamente, isso acontece num contexto em que a reforma agrária — como ampla reforma social e/ou econômica, bandeira ideológica ou expressão de um vasto movimento popular — perdeu sua atualidade. Cabe perguntar o porquê deste aparente consenso social em torno da reforma agrária.

A estrutura agrária brasileira

Como vimos, as reformas agrárias das últimas décadas foram políticas de intervenção em função de ideologias societárias e pressupuseram a existência de uma massa camponesa favorável e uma classe latifundiária a ser quebrada. Todas as pesquisas de ciências sociais no Brasil nos anos 60, 70 e 80 convergem em concordar que nesse período as relações sociais no campo mudaram drasticamente. Esses estudos indicam que as formas de trabalho dependente não assalariado (meeiros, arrendatários), até então dominantes nas grandes propriedades, foram em sua maioria eliminadas. No seu lugar surgiu uma estrutura social fundada na grande propriedade capitalista ou de base familiar, utilizando trabalho assalariado temporário, e na criação de um verdadeiro mercado de trabalho no campo, eliminando assim os bolsões de mão-de-obra cativa.

Da mesma forma que se alterou a base "popular" do campo brasileiro, mudaram as características da classe dominante e das empresas familiares. A modernização da produção agrícola fez com que os proprietários rurais capitalizados convergissem para novas áreas de interesse corporativo. As políticas públicas de crédito rural, subsídios, preço mínimo e tarifas aduaneiras passaram a ser o elo principal entre os diferentes segmentos de

produtores rurais. É a partir desses temas que as novas lideranças de grandes proprietários rurais conseguem unificar e mobilizar o apoio, até mesmo, dos pequenos produtores rurais. Sem dúvida, há clivagens de interesses entre diferentes setores de produtores rurais, mas ocorrem em grande medida em torno de produtos e lugares diferentes na cadeia agroindustrial, mais do que em relação ao tamanho da propriedade e distribuição da terra⁴. Assim, chegada a hora da confrontação política em âmbito nacional, são os grandes proprietários da terra, como articuladores de um discurso em torno dos interesses "rurais", que conseguem mobilizar o apoio de pequenos e médios produtores.

O novo contexto da agricultura brasileira, como todos os cientistas sociais também concordam em indicar, é agroindustrial, ou seja, as condições de produção dependem de uma infra-estrutura adequada de escoamento da produção, de insumos e maquinaria agrícola que viabilizem a produtividade e a qualidade necessárias para participar do mercado. Nesse contexto, a terra como fator de produção é condição necessária, mas de longe insuficiente para viabilizar a produção. Igualmente, a alternativa de uma economia de subsistência não mais se coloca para a maioria da população brasileira, já integrada às necessidades de consumo de mercadorias, que exigem um mínimo de ingresso monetário.

A transformação social do campo brasileiro significou portanto um esvaziamento da base social que poderia exigir reforma agrária na terra em que trabalha⁵. Assim, temos hoje trabalhadores que não reivindicam a terra onde trabalham, o *locus* tradicional das reformas agrárias do passado, e dessa forma estão dispostos a ocupar fazendas improdutivas em qualquer lugar do território nacional⁶. Trata-se de uma reforma agrária reivindicada por desempregados, pela distribuição de terras improdutivas, num contexto econômico em que a terra representa um elemento importante, mas não o principal fator para viabilizar a produção. No novo contexto agroindustrial, a distribuição de terras demanda, para ser viável, tanto quanto a entrega da propriedade fundiária, condições de infra-estrutura, maquinaria e insumos que viabilizem os assentamentos.

Na verdade, não se está falando mais de reforma agrária no sentido tradicional do termo, seja do ponto de vista ideológico, seja do ponto de vista sociológico ou econômico. Trata-se de permitir o acesso ao trabalho a setores desempregados ainda ligados ao campo ou dispostos a retornar à vida rural. Isto é colocado pelo próprio MST:

Não estamos diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas sim de um processo para entrar na terra, mantida improdutiva [...]. Trata-se, pois, de uma luta de expropriados que, na maioria das vezes, experimentam a proletarianização urbana e rural, mas que resolveram construir o futuro na negação do presente (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dezembro de 1996, p. 19).

(4) Em um trabalho sobre a nova empresa agrícola agroindustrializada (Sorj, Pomper-mayer e Coradini, 1982) indicávamos que os produtores familiares capitalizados tinham modificado seus problemas e reivindicações, orientados agora para a política econômica e a relação com o "agrusiness", sendo que a luta pela terra passava a localizar-se nas camadas marginalizadas: "As reivindicações políticas dos diferentes segmentos de produtores familiares tendem a ser diferenciadas, pois, embora contrapostos ao capital, sua sobrevivência concreta passa por reivindicações e mecanismos de representação diferentes. Por um lado, as camadas integradas canalizam suas reivindicações de ordem econômica dentro e através de instituições estatais ou associações privadas. Seu horizonte normal de politização se refere à capacidade de se tornarem autônomas das associações representativas em que estão incluídas juntamente com os oligopólios agroindustriais, e criarem suas próprias organizações. As camadas que se marginalizam do processo de integração econômica, por sua vez, realizam reivindicações de ordem mais claramente política, referentes a reformas sociais ou políticas paliativas. Porém, sua capacidade reivindicativa depende, em boa parte, de terem suas exigências assumidas por instituições político-ideológicas mais amplas (partidos, Igreja...), não originárias, portanto, de seu peso econômico específico e de instituições próprias de representação" (pp. 113-114).

(5) A não-ligação histórica entre os sem-terra com o local onde são assentados é, possivelmente, o principal fator para o alto nível de desistência, já nos primeiros anos (cf. Romeiro, Guanzirolí e Leite, 1994), assim como para a manutenção dos padrões culturais de uso predatório da terra na região Norte.

(6) O reconhecimento de que o movimento da reforma agrária é fundamentalmente parte de uma problemática única de mercado de trabalho e geração de emprego aparece claramente numa defesa da reforma agrária realizada em um recente estudo da FAO cujo principal argumento é que os assentamentos rurais geram um ingresso em salários mínimos superior aos dos setores urbanos mais pobres.

Em outras palavras, foi destruída a base social da reforma agrária tradicional. Esta tinha como base o campesinato e o sindicato rural, que lutavam pela desapropriação da terra no lugar de trabalho. Esta situação não existe mais no Brasil, o que se reflete dramaticamente nas características daqueles efetivamente engajados na luta pela terra. O MST é formado não por sindicatos rurais ou camponeses localizados dentro de fazendas, mas basicamente por indivíduos das mais diversas regiões, muitos dos quais, e aparentemente de forma crescente, desempregados urbanos de origem rural. O MST, como veremos, é verdadeiramente original, pois guarda muito poucas simetrias com os antigos movimentos sociais pró-reforma agrária.

Este movimento, em que desempregados lutam pela ocupação de terras improdutivas, é indicador dos limites da pressão e poder de barganha do movimento social. O MST não consegue causar nenhum impacto sobre a produção ou fazer greves, nem chega a mobilizar maiores apoios efetivos no campo. Ainda assim, ocupa um lugar central na mídia e no imaginário político brasileiro e internacional. Por quê?

A dinâmica política, a UDR e o MST

O campo brasileiro sempre apresentou grande diversidade regional em termos de organização social econômica e cultural. Tal diversidade, aliada a limitada "tradição camponesa", baixa penetração de tradições políticas revolucionárias e, *last but not least*, uma fronteira aberta capaz de absorver parte do crescimento demográfico, funcionou como um mecanismo de limitação dos movimentos sociais no meio rural.

O auge das mobilizações sociais no campo brasileiro ocorreu pouco antes do golpe de 64, que reprimiu as organizações políticas rurais. Após 64, o conflito em torno da questão fundiária foi produto de forças contraditórias. Por um lado, setores militares desejosos de minar a base social da agitação política no campo impuseram uma nova legislação social para o meio rural, o Estatuto da Terra, e criaram instituições de implantação da reforma agrária. Por outro, este projeto foi rapidamente sepultado sob o impacto da pressão das elites dominantes e canalizado em termos já não mais de reforma agrária, mas de colonização de novas terras, particularmente na Amazônia, e de expansão das oportunidades de emprego no meio urbano nos anos 70.

Dessa forma, o conflito entre os que desejavam a reforma agrária e os que a ela se opunham foi resolvido no melhor estilo da política brasileira, numa solução em que o Estado arcou com o ônus, o bônus foi distribuído entre as classes dominantes e as migalhas sobraram para os grupos subalternos. Ainda assim, não pode ser subestimada a importância da abertura de estradas e infra-estrutura na região Norte para a absorção de amplas populações — parte importante delas de origem rural —, não

só na produção agrícola, como na mineração e outras atividades nas novas urbanizações. O conflito rural deslocou-se para a confrontação entre grileiros, ocupando ilegalmente grandes extensões de terras públicas, e posseiros e entre estes e garimpeiros contra tribos indígenas.

Com o primeiro governo da Nova República, a reforma agrária foi colocada novamente na ordem do dia, como parte da agenda reprimida pela ditadura e que a nova democracia deveria enfrentar. De fato, o governo Sarney assentou em torno de 100.000 famílias, não somente em áreas de colonização como em fazendas improdutivas e zonas de conflito. No contexto da nova legislação da terra, a expropriação para fins de reforma agrária foi muitas vezes uma excelente oportunidade para muitos proprietários, em conluio com setores corruptos do governo, de valorizar terras e vendê-las a preços muito superiores aos vigentes no mercado.

Na Constituinte de 1988 procurou-se avançar uma legislação que permitisse expropriação por interesse social e sumária de terras improdutivas, o que terminou em fracasso total. As forças conservadoras conseguiram vetar qualquer mudança relevante na legislação e impuseram uma legislação mais regressiva que a herdada dos militares. Por trás deste fracasso se expressavam, como veremos, as modificações sofridas pela sociedade brasileira em seu conjunto, particularmente na estrutura social e política do meio rural, o que paralisava a capacidade de atuação da Confederação Nacional de Trabalhadores Agrícolas (Contag).

Foi durante o governo Sarney que surgiram as duas grandes forças que depois dominariam o noticiário sobre os conflitos rurais: o MST e a União Democrática Ruralista (UDR). Ambos, talvez, os setores mais radicais de forças sociais mais amplas: o primeiro, da Contag, e a segunda, da Confederação Nacional Agrária (CNA). Independentemente da efetiva ligação entre os movimentos militantes e as federações de classe, a capacidade de mobilização dos dois movimentos e a identificação das respectivas bases sociais com eles diferiam totalmente. A Contag, uma colcha de retalhos que incluía desde assalariados rurais até empresas familiares altamente capitalizadas, era uma instituição com baixíssima ou quase nula capacidade de mobilização de suas bases e de penetração no sistema político. Consolidada na época da ditadura graças à legislação sindical e ao imposto obrigatório, que lhe assegurou uma sólida infraestrutura burocrática e de serviços assistencialistas para a população rural, a Contag transformou a reforma agrária na sua bandeira unificadora, porém sem capacidade efetiva de mobilizar fosse sua clientela, fossem os partidos políticos ou a mídia. Seu momento de auge se deu no fim dos anos 70 e início dos 80, em torno das lutas dos assalariados canavieiros em Pernambuco⁷.

O MST não representa um corte representativo da clientela da Contag. Embora com características diferentes em cada região do país, é um movimento dirigido por militantes da esquerda originados da Igreja e/ou grupos radicais, de origem urbana ou rural, com uma base formada por desempregados urbanos e rurais e pequenos agricultores minifundistas que

(7) Para uma apresentação detalhada deste episódio, ver Pereira, 1997.

perderam suas terras. O MST mantém em relação à Contag uma atitude, senão hostil, de afastamento.

A UDR, embora constituída e apoiada majoritariamente por grandes proprietários pecuaristas, em momentos de radicalização consegue mobilizar amplo apoio dos proprietários rurais, e está articulada politicamente na bancada rural do Congresso, cujos membros participam dos principais blocos parlamentares. Embora os métodos utilizados por vários de seus associados (violência armada e criminosa contra lideranças rurais) não contem com a simpatia da CNA, a cooperação entre a UDR e os diversos representantes sindicais e políticos dos proprietários rurais tem se mostrado muito mais efetiva do que o apoio que a Contag declara hipotecar aos objetivos do MST.

Estudos sobre a UDR e o MST ainda são precários. Ao analisar a ideologia da UDR, Bruno (1997) mostra como os latifundiários se utilizam de um novo discurso no qual se apresentam como "modernos empresários rurais" ou "produtores rurais". Porém, a autora deixa bastante a desejar quando se trata de explicar a capacidade de aglutinação que em certos momentos teve a UDR, inclusive de médios proprietários rurais, bem como de caracterizar o que ela denomina "burguesia rural" e "elites agroindustriais". Afinal, a grande maioria dos produtores rurais integrados à cadeia agroindustrial, que se utilizam basicamente do trabalho familiar e eventual trabalho assalariado, de que lado da cerca se encontram? Ou, na verdade, por causa da inexistência de claras divisórias entre os diferentes tipos de empresas rurais, a análise fundada em categorias de classes sociais estanques não seria limitada para entender os processos de formação de identidades ideológicas e políticas no meio rural?

Nenhum dos dois movimentos tem relação unívoca com partidos políticos. A liderança do MST, embora em geral simpatize com o PT, mantém autonomia em relação a este e nas eleições locais, quando considera conveniente, chega a fazer alianças com partidos de direita. A UDR, depois da experiência fracassada de lançar seu líder à Presidência da República nas eleições de 1990, está envolvida com diversos partidos. Ambos os grupos possuem certas características comuns, produto de condições sociais similares de atuação em áreas de baixa presença do Estado.

Payne (1996) fala de uma nova "*uncivil*" direita na América Latina, mas, embora a direita e esquerda tenham óbvias e importantes diferenças, poder-se-ia falar de forma mais geral de "*uncivil social movements*", tanto de direita quanto de esquerda, que usam a ação direta como forma de mobilizar apoio social e pressionar o Estado com atos de forte repercussão na mídia. Sem dúvida, os objetivos são diferentes assim como o tipo de violência empregada. Enquanto militantes da UDR se utilizam da violência e do crime contra lideranças e militantes, o MST parte para a ocupação de terras e de escritórios do governo, geralmente do Incra, tomando os funcionários como reféns⁸.

(8) Técnica esta utilizada inicialmente no Brasil, no fim da ditadura, pelos índios contra a Funai, com forte efeito midiático.

O Movimento dos Sem-Terra

Foi no governo Fernando Henrique Cardoso que o MST passou a ocupar lugar central nos meios de comunicação e no discurso político-partidário. Os méritos do MST, na sua capacidade de auto-organização, de impacto na mídia (hoje virou um verdadeiro *brand-name*) e de suscitar simpatias em setores amplos da população urbana, não podem deixar de ser reconhecidos. Mas foi a profunda crise das oposições, tanto de partidos como de sindicatos, durante o governo Fernando Henrique que levou o MST ao lugar de destaque que vem ocupando no imaginário político brasileiro nos últimos anos.

O MST, apesar de características comuns com movimentos similares na América Latina — dos quais o de Chiapas é o mais conhecido —, se diferencia destes em alguns aspectos importantes. A principal característica comum é a de mobilizar setores sociais marginalizados do processo produtivo, sem perspectiva de empregabilidade, localizados no campo ou de origem social rural. Igualmente, são movimentos cuja atuação em boa medida se orienta no sentido de captar a atenção dos meios de comunicação de massa como principal instrumento para pressionar o governo e obter apoio da opinião pública.

O MST, embora tenha suas raízes históricas no Rio Grande do Sul, não se constitui em torno de um território ou região delimitada, com fortes tradições locais de luta camponesa. Mobiliza apoios e desenvolve suas ações em âmbito nacional, já que sua base social perdeu em boa medida contato com seu habitat natural. O MST tem uma estrutura altamente disciplinada, semiclandestina, e suas lideranças apresentam alta intensidade ideológica assim como extremo pragmatismo. Sustenta-se numa organização interna sem vínculos diretos com partidos ou sindicatos. Talvez a única relação orgânica importante do movimento seja com setores da Igreja ligados à Pastoral da Terra. Com uma ideologia bastante simplificada, centrada no antineoliberalismo, seus setores mais politizados procuram se associar a lutas mais amplas, como no caso da privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Possivelmente existem dentro do MST divergências relevantes — embora não sejam explicitadas — entre uma liderança mais pragmática, centrada na obtenção de concessões do governo, e outra mais ideológica e rígida, cujo objetivo central é enfraquecer e denunciar o governo. Para esta última, os sem-terra são parte da massa dos sem-teto, sem-educação, sem-emprego e sem-comida do país, e a luta pela terra, parte da luta pela transformação da sociedade brasileira.

Vários autores que analisam a situação latino-americana indicam que movimentos do tipo MST têm como limitação principal o fato de se esgotarem quando conseguem obter terras para seus membros (Zamosc, Martínez e Chiriboga, 1997). Aqui aparece uma característica do MST que o diferencia de outros movimentos na América Latina: sua particular relação de confronto/dependência com o governo. Isto se deve à capacidade do

MST, via organização de cooperativas nos assentamentos, de manter sua presença mesmo depois que seus membros obtêm uma parcela de terra, o que lhe dá base de sustentação e até mesmo recursos financeiros, advindos da canalização para o movimento de uma pequena fração do financiamento público do crédito rural para os assentamentos. A transformação das cooperativas geridas pelos sem-terra em instrumento político é explicitamente reconhecida por estes: "O Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) tem caráter político e econômico. As cooperativas devem colocar sua infra-estrutura, recursos e pessoal à disposição das mobilizações e lutas políticas em prol da reforma agrária e da transformação social" (*Jornal do MST*, julho de 1997).

Assim, a relação entre o governo e os sem-terra não é de oposição e confronto total. O governo, via Incra ou Comunidade Solidária, apoia muitos acampamentos com alimentos. Os assentamentos dependem de financiamentos do governo, parte dos quais é utilizada para custear o MST, enquanto é a capacidade deste de mediar os financiamentos públicos que lhe assegura a permanência do apoio dos assentados. Se por um lado o MST se apresenta como um crítico radical do governo, por outro mantém com este relações de dependência, nas quais ambos estão interessados: por meio delas o governo limita a radicalização e assegura um mecanismo potencial de controle e o MST retira parte dos seus recursos e controla os assentamentos, apresentando-se como o mediador mais efetivo nas relações com o Estado. Esta simbiose se estende no tempo, uma vez que a maioria dos assentamentos não chega a se emancipar da tutela do governo, a qual lhes garante uma série de vantagens.

O MST tem que navegar entre margens estreitas, colocadas pela atitude do governo de se mostrar disposto a negociar, o que o põe frente à disjuntiva de radicalizar e fugir ao diálogo, desgastando-se e isolando-se, ou de ser cooptado pelo governo, enquanto este tem que se mostrar disposto a negociar para limitar o estrago na imagem interna de falta de preocupação com o social e, na imagem externa, quanto à estabilidade política do país, sem ficar por sua vez a reboque do movimento social. O governo e os meios de comunicação não perdem qualquer oportunidade dada por alguma declaração de um líder do MST para caracterizar este como movimento radical, já que se para alguns setores da classe média o MST expressa reivindicações legítimas, para outros representa a faísca que incendiaria as cidades. O radicalismo verbal e a manipulação de declarações dos dirigentes do MST, que em outros contextos seriam vistos como expressões normais, no Brasil ainda mobilizam e aterrorizam setores das classes média e alta, assim como setores militares. Para limitar o estrago na sua imagem produzido pelo MST, o governo atua em um constante jogo em que se misturam o reconhecimento da legitimidade do movimento, a cooptação, o confronto e a tolerância, bem como apresenta discursos diferentes para os vários setores que o apóiam.

A luta pela terra e a dinâmica política

A reforma agrária mobiliza no Brasil dois setores: aqueles envolvidos diretamente, a favor ou contra, que têm interesses imediatos em questão, e os partidos, sindicatos e outras instituições que participam do jogo de poder e de definição do que seja a sociedade desejável para o país.

O Brasil que emergiu da ditadura militar é um país urbano, com uma complexa estrutura produtiva, agricultura industrializada, padrões de consumo ditados pela publicidade e cada vez mais globalizados, mas igualmente com um enorme abismo social — setores consideráveis da população vivem na miséria nos cinturões favelados das grandes cidades, que se transformam em focos de marginalidade e violência. Neste Brasil, a reforma agrária, como parte de um projeto "à la antiga", isto é, de polarização política e conflito social, não apresenta nenhum atrativo para quaisquer dos setores dominantes, para as classes médias ou mesmo aos trabalhadores. Este tipo de reforma agrária implicaria desorganização da produção agrícola, além de afetar diretamente os interesses industriais ligados à cadeia agrícola, sem considerar o fato de que os próprios setores empresariais urbano-industriais investiram pesadamente na produção agropecuária. Assim, não é casual que um projeto para o Brasil produzido por economistas para um grupo empresarial simplesmente ignore a questão agrária (Diniz, 1990).

Os partidos políticos, ao contrário, se relacionam com a reforma agrária de forma geralmente positiva, ainda que nenhum deles tenha nesta bandeira uma fonte relevante de votos. Os partidos de direita, que mobilizam a seu favor grande parte do voto rural, podem declarar um apoio passivo à reforma, na medida em que ela se limite a terras marginais, não implicando perigo efetivo, econômico ou político, a seus interesses (ainda mais tratando-se historicamente de uma direita camaleônica, disposta a cooptar e ser cooptada, a fazer concessões e acomodações com todo tipo de práticas políticas e discursos para se manter no poder). A esquerda, por sua vez, encontra na reforma agrária uma bandeira radical de confronto social, de elo com seu passado e de denúncia do governo pela violência no campo.

Destaca-se, particularmente, o caso do PT, principal defensor da reforma agrária, mas cuja base de apoio é fundamentalmente urbana. Para o PT, trata-se de diferenciar seu projeto dos partidos políticos que aderiram plenamente à integração na economia internacional. O PT procurou apresentar inovações na sua forma de organização, transparência e consistência em relação à tradição política brasileira. No plano ideológico, porém, continua mantendo um programa em que predominam bandeiras do passado, que muitas vezes encobrem interesses corporativos de grupos assalariados do setor estatal, e uma retórica de transformação social e confrontação classista constantemente exemplificada com os atos criminosos cometidos no meio rural.

Para os outros partidos políticos, a reforma agrária, na medida em que basicamente inócua, permite indicar uma preocupação com problemas

sociais que na prática não estão dispostos a enfrentar ou a que não pretendem dedicar parcela importante de recursos públicos. Para o governo, trata-se de mostrar sensibilidade social e neutralizar uma área de conflito sem relevância econômica, mas de alto efeito na mídia: um massacre de sem-terras não afeta a produção, mas as imagens transmitidas pela TV prejudicam a "credibilidade internacional do Brasil". O impacto midiático da luta no campo aparece claramente numa matéria do *The Economist* (30/11/96) sobre o perigo de um *backlash* na América Latina, exemplificado no Brasil com o caso do "*Brazil's landless class with its trigger-happy policy*" (p. 15).

De certa forma, a reforma agrária serve para todos os partidos políticos para preencher a lacuna da inexistência de um projeto societário nacional. De alguma forma, os movimentos sociais, a sociedade civil brasileira e, particularmente, suas elites dirigentes não conseguiram transformar a luta pela democracia em um projeto de cidadania social. A sociedade continua se organizando em torno de projetos corporativos, nos quais os partidos políticos navegam. A reforma agrária representa um sinalizador da preocupação social em um país que ainda não encontrou a vontade e capacidade políticas para enfrentar a construção de uma sociedade de cidadãos.

Os cientistas sociais e a reforma agrária

A produção atual sobre a reforma agrária é caudatária das discussões dos anos 70 e início dos anos 80, ainda no contexto do regime militar. Foi nesse período que as ciências sociais se institucionalizaram no seu atual formato e desenvolveram debates de forma autônoma em relação aos partidos políticos de esquerda, embora influenciadas quase sempre por um quadro teórico marxista. Esse debate encontrou seus limites na (in)capacidade de enfrentar os temas que se apresentavam como os grandes desafios deste fim de século: globalização, privatização do setor público, quebra de privilégios corporativos, organização de uma sociedade democrática de massas e o novo papel dos cientistas sociais.

Nas últimas décadas, os debates sociais sobre a agricultura brasileira foram igualmente prejudicados pela quase ausência dos cientistas políticos, que deixaram o estudo do meio rural para os sociólogos, antropólogos e economistas. Quando lembrada pela ciência política, a estrutura agrária é em geral mencionada para exemplificar o modelo brasileiro de modernização conservadora; porém, estudos de caso e análises específicas do meio rural raramente foram objeto desta disciplina.

Sem entrar num tema que já foi sintetizado em outros trabalhos, pode-se dizer que a maioria dos escritos acerca da estrutura social do campo brasileiro se fundamenta em visões sistêmicas sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira para daí retirar conclusões políticas.

As perspectivas nesse período se polarizaram em duas posições: aquelas que indicavam que as relações de produção capitalista tendiam a ser dominantes no campo, e portanto que a especificidade da questão agrária se diluía no confronto mais geral entre capital e trabalho⁹, e aquelas que supunham a permanência da estrutura produtiva familiar e enfatizavam a permanência de reivindicações específicas, entre elas o acesso à terra (cf., por exemplo, Abramovay, 1991).

Uma segunda clivagem dava-se entre os que focalizavam a integração ao complexo agroindustrial, transformando os produtores familiares em trabalhadores para o capital, e aqueles que insistiam na permanência de características específicas do trabalho familiar camponês. Embora esta oposição não tenha resultado necessariamente em posições políticas relativas à reforma agrária, a presença do complexo agroindustrial tinha implicações diretas para a viabilidade de uma política de distribuição de terras (cf., por exemplo: Lopes, 1981; Sorj, 1982).

Como mencionamos, a ciência política permaneceu, em boa medida, alheia aos estudos rurais, a não ser por referências genéricas à constância do autoritarismo e ao papel do latifúndio na constituição do capitalismo brasileiro. Igualmente, foi muito limitado o debate sobre outras experiências de reforma agrária no mundo, mas este provincianismo não foi monopólio desta área de estudos sociais.

Com a chegada da Nova República, as posições políticas dos cientistas sociais poucas vezes acompanharam o debate teórico precedente. Foram as afinidades partidárias e as oportunidades de participar nos novos governos democráticos que determinaram a conduta prática de muitos cientistas sociais. Às antigas proposições em favor da reforma agrária foi agregado o argumento de que a distribuição de terras seria um caminho "para atingir a cidadania".

O debate sobre reforma agrária em todo esse período se caracterizou pelo seu caráter "teórico-dedutivo", isto é, o futuro era deduzido de lógicas sistêmicas, enquanto o MST, mas igualmente a UDR, são expressões da impossibilidade de prever a criatividade da vida social. A maioria dos estudos rurais se concentrou em estudos de caso localizados, quase não existindo análises e debates em profundidade sobre o conjunto da estrutura rural, a ocupação efetiva do solo e as implicações e viabilidade econômica e ecológica de um aproveitamento integral das chamadas terras improdutivas. O reconhecimento de que a grande propriedade em geral mudou e de que a pecuária brasileira se modernizou foi relativizado em nome do apoio que o setor moderno recebeu do Estado — como se fosse um fenômeno tipicamente brasileiro e não um padrão quase universal — e da continuidade do uso de velhos métodos coronelistas e da violência para "denunciar" a ideologia "moderna" usada pela UDR, desconhecendo ou minimizando assim a importância do poder produtivo e capacidade de comunicação e pressão econômica desses setores.

Nos últimos anos, os cientistas sociais tiveram sua agenda determinada pela dinâmica política do Estado brasileiro, o MST e a UDR. A ditadura militar impôs um modelo em que a política agrícola financiava a modernização do campo — e enriquecia os grandes proprietários, que desviavam para o

(9) "Uma reforma agrária distributivista constituiria, neste momento, uma proposta desse tipo, ou seja, uma proposta inexecutável historicamente, como só pode ser qualquer proposta que advogue a reforma das contradições do capital sem atingir o capital e a contradição que expressa: a produção social e a apropriação privada da riqueza" (Martins, 1981, p. 177). Igualmente, Graziano da Silva (1997) coloca que a reforma agrária "no es más necesaria desde el punto de vista del desarrollo de las fuerzas productivas en el campo" (p. 62).

mercado financeiro parte desses financiamentos oferecidos a juros subsidiados —, enquanto a colonização de novas terras era a resposta para a questão social. Mantinha-se assim uma separação entre política agrícola (econômica) e política agrária (social). Os governos da Nova República persistiram nesta separação, apesar de uma retórica em contrário. Assim, se a política agrária assentava produtores rurais fadados na maioria a transformar-se em futuros minifundistas pauperizados, a política agrícola continuou expulsando pequenos produtores falidos e minifundistas sem acesso ao financiamento. Afinal, a "questão minifundista" é uma batata quente que não tem expressão política autônoma (de fato, quem mais a levanta são os grandes proprietários rurais, para criticar a reforma agrária) e cujo confronto exigiria uma visão política de conjunto sobre a capacidade do setor rural de gerar emprego.

As ciências sociais nas últimas décadas não somente ficaram por demais atreladas à agenda colocada pelos movimentos sociais e pelo Estado, como também continuaram a manter o foco estreito de sociologia e economia rurais centrado na estrutura agrária e agroindustrial, quando os problemas sociais hoje dizem respeito à mobilização de recursos societários, mediados pelo Estado, e as soluções devem levar em consideração a dinâmica do conjunto da sociedade. Os cientistas sociais podem contribuir para a problemática dos sem-terra repensando os atuais desafios da sociedade e do Estado, com propostas capazes de considerar os problemas de viabilidade técnico-econômica conjugados a uma perspectiva de justiça social, sabendo não existir no horizonte histórico sínteses dialéticas que venham a produzir o melhor dos mundos.

O conteúdo societário da reforma agrária

Na prática, a reforma agrária é vista hoje pela maioria dos atores políticos como uma saída para a presente incapacidade da economia de gerar emprego para o conjunto da população. Na verdade, pelo menos no que se refere à maioria dos participantes do MST, a questão colocada não é a do desemprego e sim a da empregabilidade. O MST apresenta o desafio de se encontrar soluções de curto, médio e longo prazos para este setor da sociedade constituído, segundo dados divulgados pelo Incra, por 80% de analfabetos ou sem primeiro grau completo.

As soluções possíveis têm um custo econômico que deverá ser arcado pelo conjunto da sociedade. É legítimo portanto perguntar se a distribuição de terras representa a solução socialmente mais adequada, levando em consideração tanto a reivindicação legítima do direito ao trabalho como os custos econômicos das possíveis soluções. O próprio João Pedro Stédile, teórico do MST, procura justificar a reforma agrária em termos de ser "o caminho mais fácil de criar emprego" (Stédile, 1997, p. 34). Comparando o custo de criação de emprego rural no campo em contraposição a outros setores industriais, Stédile argumenta que aquele seria o de menor custo.

Trata-se obviamente de uma argumentação simplista e insuficiente. A questão é conhecer a produtividade do emprego criado, assim como — e de certa forma mais importante do ponto de vista social — sua viabilidade no tempo.

Os assentamentos, e dentro deles os assentados, podem ser divididos em duas grandes categorias: aqueles que geram níveis mínimos de subsistência, sem capacidade de se transformar em empresas rurais geradoras de maiores níveis de renda — por falta de capacitação, de espírito empresarial coletivo e/ou individual, de apoio de recursos públicos —, e aqueles que conseguem se transformar em empresas rurais absorvedoras de tecnologia e geradoras de níveis mais altos de renda. (A liderança do MST reconhece a necessidade de desenvolver agroindústrias associadas aos assentamentos para viabilizá-los economicamente.) À medida, porém, que os assentamentos são transformados em empresas rurais integradas ao mercado, passam a conviver com as contradições e processos próprios deste, como concentração e expulsão. Se o primeiro tipo de assentamento representa uma *saída* do sistema, por falta de uma *solução* de integração no setor dinâmico da economia, em qualquer dos casos deve-se analisar a viabilidade da distribuição de terras frente a outras possibilidades de treinamento profissional e geração de empregos alternativos. Em se optando pela distribuição de terras, esta deve ser acompanhada por investimentos em educação e formação. Nesse sentido, deve-se reconhecer a capacidade de organização e disciplinadora do MST nos assentamentos, valorizando aspectos de educação e organização coletiva — ainda que motivados por fatores de doutrinação ideológica —, o que o transforma no principal parceiro do governo na viabilização e sucesso dos assentamentos.

Uma vez que expressa um problema real e dá voz aos setores mais marginalizados da população, o MST ocupa lugar importante na sociedade brasileira, embora isto não signifique que as soluções que aponta sejam sempre as mais adequadas. De certa forma, pode-se dizer que, graças à origem rural e à disposição a retornar ao trabalho agrícola, os "não-empregáveis" urbanos se transformam em sujeitos sociais ativos, com um projeto e uma organização próprios. Em outros contextos, são jogados à margem da sociedade, sem possibilidade de expressão coletiva.

A ação do governo na área rural deve ser analisada como um duplo programa de geração de emprego, no caso dos assentamentos economicamente viáveis, e de luta contra a miséria, para assegurar um sustento mínimo, ainda que precário, a grupos sociais sem perspectivas econômicas no meio urbano por falta de qualificação.

Perspectivas

A existência de uma fronteira aberta com enorme quantidade de terras públicas inexploradas funcionou na história brasileira como uma das

principais válvulas de escape para os excedentes populacionais. A ocupação dessas terras, porém, se deu em grande parte mediante mecanismos selvagens de imposição da lei do mais forte e onde o Estado ou não estava presente, ou seus representantes se encontravam cooptados pelas elites locais. O meio rural brasileiro ainda se encontra, em boa medida, à margem da capacidade disciplinadora do Estado. Os institutos responsáveis pela demarcação de propriedades são pouco operantes e a documentação e cadastramento da propriedade rural é frágil e por vezes inexistente. O poder local quase sempre controla o Judiciário e a polícia. Os assassinatos de lideranças rurais e massacres de sem-terra permanecem impunes. O que está em jogo no Brasil é, em primeiro lugar, a capacidade do Estado de impor a cidadania política e jurídica na área rural. O conflito entre grandes proprietários rurais e sem-terra, especialmente na região Norte, é sobretudo um conflito em torno de terras públicas que foram apropriadas graças à inexistência de poderes Judiciário e policial efetivos, controlados democraticamente.

O fim da inflação (a qual justificava o investimento em terras como reserva de valor), a eliminação dos créditos subsidiados para os grandes proprietários, particularmente os pecuaristas das regiões Norte e Nordeste, e o novo imposto territorial para a propriedade rural convergem no sentido de queda do preço da terra. Porém, a utilização de impostos e de legislação apropriada como instrumento de regulação e limitação do uso da terra com fins especulativos ainda é incipiente.

Em dezembro de 1996, o Congresso Nacional aprovou a legislação relativa ao Imposto Territorial Rural e ao rito sumário de desapropriação de terras. Depois de uma negociação com a bancada rural, pela qual foi reduzido o nível de taxação das terras produtivas, o governo conseguiu aumentar as porcentagens de impostos sobre a grande propriedade improdutiva. Igualmente, foi aprovada a Lei do Rito Sumário, que permite a rápida desapropriação e distribuição de terras improdutivas e a posterior discussão do seu preço após depositado o valor em juízo, assim como a lei que prevê a intermediação do Ministério Público em situações de conflito. Essas medidas permitirão, em princípio, acelerar a distribuição da terra e, talvez, realizar as metas do governo Fernando Henrique de assentar 280 mil famílias, assim como dar mais um passo na integração e disciplinamento do meio rural dentro da estrutura político-administrativa do Estado brasileiro.

Embora vários cientistas sociais diagnostiquem corretamente que a UDR e o MST expressam uma crise de representação do sistema sindical no meio rural, ou na verdade algo mais amplo, que poderíamos denominar um "déficit de Estado", continuam a insistir em que o conflito no campo brasileiro ainda ocorre em torno da luta pela terra, como se o acesso à cidadania fosse possível graças a um título de propriedade fundiária. Esta percepção, hoje fortalecida pelo impacto do MST, é parte de uma visão classista das lutas sociais no campo, como um confronto direto entre os que têm e os que não têm, e do processo distributivo como um processo direto de desapropriação e transferência direta de riqueza

REFERÊNCIAS

- Abramovay, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- Bruno, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- Diniz, Abílio (org.). *Reforma econômica para o Brasil*. São Paulo: Nobel/Grupo Pão de Açúcar, 1990.
- Giddens, Anthony. "Para além da esquerda e da direita". 1995.
- Graziano da Silva, José. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. "Brasil: Câmbios estructurales y movimientos sociales en el campo". In: Zamosc, Léo, Martínez, Estela e Chiriboga, Manuel (coords.). *Estructuras agrarias y movimientos sociales en América Latina (1970-1990)*. Madrid: Mapa, 1997.
- Ianni, Octavio. *A luta pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- Lopes, Juarez R. B. *Do latifúndio à empresa. Unidade e diversidade do capitalismo no campo*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- Martins, José de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- Payne, Leigh A. *Packing right-wing violence in democracal e Brazil: The case of the UDR*, mimeo, 1996.
- Pereira, Anthony. *The end of peasantry*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1997.
- Romeiro, Adhemar, Guanziróli, Carlos e Leite, Sérgio (orgs.). *Reforma agrária. Produção, emprego e renda*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- Sorj, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. "A questão agrária e suas mitologias". In: Anpocs. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: CNPq, 1983.
- Sorj, Bernardo, Pomper Mayer, Malori J. e Coradini, Odacir L. *Camponeses e agroindústria. Transformação social e representação política na avicultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- Stédile, João Pedro. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997.

para os despossuídos. Ora, no Estado e na economia modernas, e particularmente numa democracia, as lutas distributivas são mediadas pelo Estado e as chances de emprego dependem em boa medida do investimento na educação e formação profissional. A forma que assume a defesa da reforma agrária é, no caso de muitos cientistas sociais e militantes políticos, o último baluarte de uma visão da luta de classes que sustenta uma visão maniqueísta e simplista da dinâmica social, centrada unicamente no controle da propriedade.

O paradoxo central para a tradição intelectual de esquerda em relação às transformações das estruturas agrárias foi colocado claramente por Caio Prado Jr. Ele indicava que o capitalismo já tinha tomado conta do campo, de forma que o que restava para a esquerda era conjugar o processo de transformação capitalista da agricultura com a procura de soluções para os grupos de trabalhadores rurais marginalizados por este processo. Nas elaborações mais contemporâneas, procura-se reconciliar e combinar a questão agrícola — isto é, o desenvolvimento do sistema produtivo — com a questão agrária — isto é, as dimensões sociais associadas à transformação do sistema produtivo —, enfatizando-se a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a produção familiar no lugar da grande propriedade.

A reforma agrária hoje, embora deva ser parte de um elenco de políticas sociais, não pode, a longo prazo, se opor a uma tendência central do mundo moderno: a agricultura, na medida em que passa por uma revolução tecnológica, tem implicado, independentemente do tipo de unidade social de produção vigente, concentração e diminuição crescente da população empregada. Obviamente, uma política agrícola preocupada com as conseqüências sociais da modernização deve procurar amenizar os impactos sociais, além de favorecer um padrão mais igualitário de distribuição da riqueza no campo.

Enquanto o Brasil continuar sendo um país profundamente desarticulado — governos com limitada capacidade de penetração no tecido social, manipulação dos poderes públicos pelo poder econômico local, organizações da sociedade civil frágeis e localizadas em grandes centros urbanos e partidos políticos divididos entre o fisiologismo e programas irrealistas —, a democratização da sociedade brasileira avançará lentamente. A distribuição de terras pode ser, no Brasil, em muitos casos, uma medida paliativa adequada. Mas não se deve esquecer que ela se sustenta, como seus próprios defensores indicam, nos baixos salários e condições desumanas da infra-estrutura urbana. Aumentos significativos no salário mínimo, políticas de renda mínima e desenvolvimento de infra-estrutura urbana nas áreas populares farão muito menos atraentes a permanência no campo ou o retorno a ele. Neste sentido, o MST e movimentos similares expressam sociedades sem *Welfare State*.

Se o que está em jogo hoje na luta pela terra é o acesso à cidadania dos desempregados do campo e da cidade, a questão central é gerar empregabilidade, consolidar os direitos de cidadania social, assegurar um acesso mínimo à educação e saúde básica — portanto, a "absorção" dos margina-

Zamosc, Léo, Martínez, Estela e Chiriboga, Manuel (coords.). *Estructuras agraria y movimientos sociales en América Latina (1970-1990)*. Madrid: Mapa, 1997.

Recebido para publicação em 29 de dezembro de 1997.

Bernardo Sorj é professor de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Publicou nesta revista "Crise e horizonte das ciências sociais na América Latina" (n.º 23).

lizados pelo Estado democrático. As políticas de distribuição fundiária devem ser analisadas no contexto dos direitos e das políticas sociais, e não situadas numa saudosista e a-histórica "luta pela terra". Se o MST é apoiado pelo que ele simboliza, este apoio não implica temer a crítica dos aspectos retrógrados da liderança do MST, até mesmo porque o papel dos cientistas sociais numa democracia não é o de colocar-se no lugar dos agentes sociais, mas o de aumentar a capacidade de reflexão e autocompreensão da sociedade.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 50, março 1998
pp. 23-40
